



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**

### **ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA (23ª) SESSÃO** **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos três dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima Terceira (23ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 31 de julho de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Segunda (23ª) Sessão Ordinária, realizada em 31 de julho de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 90, de 2015, de autoria do Vereador Benedito José do Couto, “dispondo sobre a utilização e entrega de créditos em precatórios, para compra de imóveis públicos”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, acompanhado da Mensagem nº 62/2015, de 23/07/2015, objeto do ofício nº 62/2015, de igual data, “regulamentando o artigo 165, da Lei Orgânica do Município, e dando outras providências (Patrulha Agrícola)”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Resolução nº 04, de 2015, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, “dispondo sobre alteração do Artigo 1º, da Resolução nº 135, de 14 de agosto de 1989 – Tribuna Livre”; (ao exame das comissões permanentes); 4. Balancete Mensal da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente mês junho 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 5. Balancete Mensal da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente mês junho 2015”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 302/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requer à Secretaria de Educação informações sobre compra, ou aquisição de brinquedos infantis adaptados, para uso de crianças com deficiência, nos últimos três anos; Requerimento



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

nº 304/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requer ao Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, estudos para a inclusão do trabalho do profissional intérprete de libras, em todas as audiências públicas; Requerimento nº 305/2015. Autoria: Dayane Amaro Costa. Assunto: requer à Secretaria de Sustentabilidade Ambiental de Mogi Mirim, que encaminhe cópias de todos os termos de responsabilidade da empresa contratada, para castração e microchipagem, através de convênio estadual, com respectivas assinaturas da veterinária responsável da clínica e do proprietário do animal; Requerimento nº 307/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, informações relativas à atualização dos cadastros já existentes, e abertura urgente de novas inscrições, no município de Mogi Mirim, já que as últimas inscrições foram feitas em 2013; Requerimento nº 308/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, informações e estudos para que sejam reativadas as fontes, localizadas na Praça Rui Barbosa e na Praça Floriano Peixoto, e, paralelamente, o plantio de Crotalaria breviflora, margeando as mesmas, de acordo com a Lei Municipal nº 5696/2015; Requerimento nº 309/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, informações acerca das providências que estão sendo tomadas, para viabilizar a falta de caminhão para o Corpo de Bombeiro Municipal; Requerimento nº 310/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: solicito informações acerca da regulamentação da Lei nº 5.665, de 06 de maio de 2015, que estabeleceu, no âmbito do Município de Mogi Mirim, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus tratos aos animais, visando a divulgação da lei, bem como, conscientização da população sobre a importância de denunciar tais práticas; Requerimento nº 311/2015. Autoria:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito informações ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço e Secretaria de Mobilidade Urbana acerca das providências, para viabilizar a recolocação de pedras limitadoras, na rotatória, em frente à Praça Lions, Rua José Bonifácio; Requerimento nº 312/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Solicito ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal, através da Secretaria de Mobilidade Urbana e Secretaria de Obras e Planejamento, informações quanto à viabilidade para implantar rotatória na Rua Ariovaldo Silveira Franco, na subida logo após o Tiro de Guerra, visando a melhora no fluxo de veículos, principalmente, em horários de grande movimento; Requerimento nº 313/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao prefeito municipal informações sobre quais medidas estão sendo tomadas, referentes à segurança nos bairros rurais de Mogi Mirim; Requerimento nº 315/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requer seja oficiado ao Prefeito Municipal, para que junto ao Presidente do SAAE, envie cópia do estudo de viabilidade financeira e econômica do SAAE, feito pela a empresa Esplan Engenharia; Requerimento nº 316/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requer seja oficiado ao prefeito municipal, para que envie cópia do contrato, feito com a empresa Esplan Engenharia, do estudo de viabilidade financeira e econômica do SAAE; Requerimento nº 317/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requer seja oficiado ao prefeito municipal, para que junto ao Presidente do SAAE, preste informações a respeito do plano de controle e perdas; Requerimento nº 318/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: requer seja oficiado ao senhor Vitor Odilmal Morgato, representante da Esplan, para participar da audiência pública, dia 13 de agosto, às 19h00, na Câmara Municipal, para discussão sobre a autossuficiência do SAAE. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

**INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 306/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Indica ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, sinalização e dispositivo para redução de velocidade (lombada/valeta), na Rua Fermino Dias Lacerda, Bairro do Tucura; Indicação nº 307/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que seja feito o plantio da Crotalaria breviflora, em todo espaço de ajardinamento, às margens do Complexo Lavapés, de acordo com a Lei Municipal nº 5696/2015; Indicação nº 308/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, através da Secretaria de Segurança Pública, estudos quanto à viabilidade de se manter a base móvel da Guarda Civil Municipal, no Complexo Lavapés (Zerão), com objetivo de garantir maior segurança à população, que ali frequenta, bem como inibir ações de vândalos que, constantemente, agem no local; Indicação nº 309/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico ao Prefeito Municipal manutenção na tubulação de esgoto, existente ao final da Avenida Francesco Improta, localizada no bairro Jardim Sbeghen; Indicação nº 310/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico ao prefeito municipal a manutenção da iluminação pública, na Rua das Acácias, localizada no Bairro Inocoop; Indicação nº 311/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico ao prefeito municipal a instalação de cobertura e bancos no ponto de ônibus da Praça Tiradentes, localizada no Bairro Santa Cruz; Indicação nº 312/2015. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indico ao prefeito municipal manutenção no pavimento asfáltico na Rua das Acácias, no bairro Jardim Inocoop; Indicação nº 313/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Indica ao Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, sinalização de trânsito e redutor de velocidade (lombada/valeta), na Rua Rachid A. Andare nº 351, Jardim Santa Helena, Bairro do Tucura; Indicação nº 314/2015: Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: indica a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

manutenção asfáltica na Rua Professora Zelândia Araújo Ribeiro, localizada no Jardim Santa Helena; Indicação nº 315/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço/Gerência de Limpeza Pública, a limpeza e roçagem do mato na Rua João Bernardi, Bairro Vila Pichatelli; Indicação nº 316/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço, providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Rua Gení dos Santos Montanholi, altura do número 301, Bairro Chácara Sol Nascente; Indicação nº 317/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: indico ao senhor prefeito municipal para alteração do sentido da Rua Dr. Eduardo Bergo, conforme abaixo-assinado da população; Indicação nº 318/2015. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: Indico ao senhor Prefeito Municipal a alteração do sentido da Rua Mato Grosso, conforme abaixo-assinado da população. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 60/2015. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos às nadadoras Juliana Gasparini Soares e Bárbara Cecato Barbosa, bem como ao técnico Ricardo Martiniano, classificadas entre as dez primeiras colocadas no Campeonato Paulista Juvenil de Inverno, realizado no Centro Aquático Leonardo Speratte, em São Caetano do Sul, nos dias 19, 20 e 21 de junho do corrente ano; Moção nº 61/2015. Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento do senhor Henrique Gasparotto, ocorrido no dia 25 de julho de 2015; Moção nº 62/2015. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: moção de congratulações e aplausos ao professor Fábio Guerreiro, preparador físico da Seleção Feminina de Futebol, que conquistou a Medalha de Ouro nos jogos Pan-americanos de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Toronto, no Canadá; Moção nº 63/2015. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: Moção de Pesar, pelo falecimento do Dr. Gilmar Alves Bezerra, ocorrido no dia 19 de julho de 2015; Moção nº 64/2015. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento da jovem Danuza Carvalho do Amaral, ocorrido em 29 de julho de 2015; Moção nº 65/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos para com a atleta mogimiriana Mirlene Picin, Campeã Sulamericana de Ski Cross Country; Moção nº 66/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento da senhora Dra. Dirce Aparecida Januário Lenhari, ocorrido no dia 29 de julho de 2015; Moção nº 67/2015. Autoria: Maria Helena Scudeler de Barros. Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento do senhor Waldemar Dos Santos, “Má Barbeiro”, ocorrido no dia 30 de julho de 2015. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº 544/2015, datado de 23 de julho de 2015, subscrito pela Sra. Elin F. M. C. Vasconcelos, Dirigente Regional de Ensino, “respondendo o ofício nº 187/2015 desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Luiz Antônio Guarnieri); Ofício nº 297/2015, datado de 24 de junho de 2015, subscrito pelo Sr. Renato Góes, Presidente do Comitê do Programa Cidade Legal do Governo do Estado, “respondendo o Ofício nº 153/2015 desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Laércio Pires); Ofícios nºs. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 456, 457, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 500, 501, 502, 503, 506, datados de 07, 08, 21, 23, 24, 30 de julho e 03 de agosto de 2015, subscritos pelo Prefeito de Mogi Mirim, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 262/2015; Requerimento nº 248/2015; Requerimento nº 92/2015; Requerimento nº 116/2015; Indicação nº 248/2015; Indicação



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

nº 273/2015; Indicação nº 249/2015; Requerimento nº 285/2015; Requerimento nº 237/2015; Requerimento nº 239/2015; Requerimento nº 260/2015; Requerimento nº 231/2015; Indicação nº 103/2015; Indicação nº 124/2015; Requerimento nº 295/2015; Requerimento nº 286/2015; Requerimento nº 292/2015; Requerimento nº 275/2015; Indicação nº 291/2015; Requerimento nº 206/2015; Requerimento nº 218/2015; Requerimento nº 276/2015; Requerimento nº 289/2015; Requerimento nº 290/2015; Requerimento nº 224/2015; Requerimento nº 298/2015; Requerimento nº 291/2015; Requerimento nº 273/2015; Requerimento nº 274/2015; Requerimento nº 259/2015; Indicação nº 270/2015; Indicação nº 274/2015; Indicação nº 294/2015; Indicação nº 286/2015; Indicação nº 305/2015; Indicação nº 304/2015; Indicações nºs 257, 258, 259, 260, 261, 267 e 268/2015; Indicação nº 271/2015; Indicação nº 290/2015; Indicação nº 295/2015; Indicação nº 296/2015; Indicações nºs 298 a 301/2015; Indicação nº 293/2015; Indicação nº 241/2015; Indicação nº 242/2015; Indicação nº 243/2015; Indicação nº 244/2015; Indicação nºs 278 e 279/2015; Indicação nº 280/2015; Indicação nº 281/2015; Indicação nº 282/2015; Indicação nº 292/2015; Indicação nº 264/2015; Indicação nº 286/2015; Indicação nº 305/2015; Indicação nº 304/2015; Indicação nº 534/2014, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Vereadores); Ofício nº. 527/2015, datado de 30 de junho de 2015, subscrito pelo Sr. Marcio Antonio Capato, Gerente Executivo da Caixa Econômica Federal, “notificando desembolso de recursos financeiros no valor de duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e quinze reais e trinta centavos, para o programa Saneamento Para Todos”; (arquite-se); Ofícios nºs 164444, 164445, 164446, 154747, 159164, de 2015, datados de 25 de junho e 07 e 20 de julho do corrente ano, subscritos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Carta, datada de 22 de julho de 2015, assinada pela Sra. Lúcia Iazini Trentin, “encaminhando solicitação de moradores



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

da Rua Monte Serrat, Bairro Aterrado, relativas à falta de iluminação na via”; (arquite-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora foi a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que comentou a desclassificação de cento e sessenta e seis inscritos e sorteados, para aquisição dos apartamentos, denominados Terras do Mogi, programa habitacional Minha Casa/Minha Vida, do Governo Federal. Disse que a população tinha sido pega de surpresa e a desclassificação, depois de já sorteados os contemplados, mostrava o descompasso e a bagunça, que imperavam na administração municipal; que, no dia do sorteio, todos tinham observado que, a cada nome sorteado, a pessoa era cadastrada e recebia um papel, agendando um último cadastro, que seria feito durante a semana, em curso, de 03 a 07 de agosto; que os setores de Habitação e Assistência Social da Prefeitura Municipal tinham estado presentes no sorteio, acompanhando o processo; que este último cadastro seria a oportunidade de todos os sorteados, para provarem que estavam dentro do exigido pela lei federal e decreto municipal; que a Caixa Econômica - CEF havia emitido lista, desclassificando cento e sessenta e seis sorteados, pessoas que tinham sido canceladas do programa Minha Casa/Minha Vida; que o setor de Habitação da Prefeitura dissera que a culpa tinha sido da Assistência Social, mas ela refutava tal afirmação, porque alguém havia ‘pisado na bola’ e brincado com as pessoas, que tinham sido sorteadas; que o prefeito estivera presente no sorteio; que, depois de tudo trabalhado, entre Assistência Social e Habitação, os contemplados deveriam passar pelo “pente fino” da CEF, a única parte que poderia acessar totalmente o sistema, que a listagem dos desclassificados havia sido divulgada antes do último agendamento, previsto para a semana em curso, e que, isso era culpa de alguém. “Antes do agendamento a listagem saiu! De quem é a culpa?”



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

De ninguém? Um setor joga para o outro; dentro da área da Assistência Social foram colocadas todas as assistentes e tínhamos uma equipe suficiente para proceder o cadastro, porque nós acompanhamos a administração, mas foi contratada equipe de fora, para o cadastramento, e todos os munícipes têm o papel, que mostra o último agendamento, desta semana, e isso revela a administração que temos hoje, três secretarias trabalhando, mas não juntas, nada integradas, o que é uma pena”, finalizou. Também fez uso da palavra, sobre o mesmo assunto, o Vereador Osvaldo Quaglio. “Conversamos com munícipes, que estão indignados com o sistema, com o modo como foi feito o processo de sorteio para as casas populares; eu conversei com o Vereador Luís Roberto Tavares e outros e nós vamos averiguar se o procedimento foi feito corretamente, porque há coisas estranhas e o número de pessoas, que aguardam sorteio para casa própria, é enorme, demanda maior que oferta, logo, é necessária uma triagem perfeita e minuciosa, antes do sorteio, para que as pessoas não se decepcionem depois, pois muitas foram sorteadas, mas não pegarão a casa própria, e os dados das pessoas deveriam ter sido checados, antes do sorteio, mas vamos ver se a situação foi correta, ou não, vamos trabalhar em cima disso”, aclarou e concluiu. Também discursou a Vereadora Dayane Amaro Costa que, desde logo, desculpou-se com a população, por ter se ausentado da cidade, durante o recesso, numa viagem à Campina Grande, Paraíba, para visita familiar. Também se desculpou com a Vereadora Luzia Nogueira, por não ter participado da audiência pública, para discussões relativas ao SAAE. Prosseguindo, falou sobre seus requerimentos, especialmente, solicitação de intérprete de Libras, para audiências públicas, porque era fundamental. Por fim, convidou todos para a Caravana da Inclusão, evento previsto para o dia 07 de agosto próximo futuro, com lugar no prédio do Centro Lucy Montoro, durante o dia todo. “Tratar de inclusão e acessibilidade não é algo apenas para as minorias, mas para todos, pois se deixarmos só para as minorias, não haverá a inclusão e, por onde passou, a Caravana da Inclusão



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

transformou a cidade, que começou a fazer mais políticas de inclusão, portanto, conto com a participação de todos”, concluiu. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Este afirmou que o ocorrido, a desclassificação de cento e sessenta e seis sorteados do programa Minha Casa/Minha Vida, refletia mais um descaso e a estupidez do governo municipal, para com a população de Mogi Mirim. Citou que o prefeito havia “dado com uma mão e retirado com a outra”, que os critérios do sorteio tinham sido critérios federais, e que, reuniões tinham sido feitas, mas que nenhum representante da prefeitura havia comparecido em qualquer reunião. Indicou mandar a questão para a Promotoria Pública, desde logo, e colocou que o Poder Legislativo tinha que recorrer ao Poder Judiciário, imediatamente, pois se tratava de um caso de polícia. “Vamos ao Promotor, perguntar a ele o que podemos fazer e tomar partido, porque bater na porta e pedir voto é muito fácil, na época de eleição, e não podemos mais criar expectativas numa população abandonada e a cidade largada, portanto, eu vou procurar respaldo com quem possa me orientar, que é o Ministério Público, porque a cidade reflete o descaso da administração, o Horto fechado, a taxa de iluminação, assuntos que não se resolvem e são ‘jogados’ entre as secretarias; ficam jogando um, para o outro, não resolvem nada e a cidade às escuras, sem falar na população do Parque das Laranjeiras, que vem aqui, todas as semanas; dizem que asfaltaram 95% do bairro, mas, na verdade, asfaltaram três ruas e esta é a verdade, então, digam a verdade, pelo menos, e parem de criar expectativas, não aguentamos mais reedições de marketing falido, o prefeito esqueceu a máscara de Pinóquio, no Baile de Máscaras da ACIMM, e tem que ir lá buscar”, frisou e encerrou. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que também falou sobre a desclassificação dos sorteados no programa habitacional Minha Casa/Minha Vida. “Minha preocupação com o sorteio é muito grande, estive presente e testemunhei que o sorteio transcorreu bem e, agora, depois da desclassificação, estamos aguardando uma reunião do Secretário de Obras, Wilson



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Rogério, conosco, mas foi enorme surpresa ver a lista, contendo cento e sessenta e seis pessoas; penso que, sorteado o apartamento, a unidade pertença ao sorteado, mas não! Depois do sorteio, outra consulta, desta vez, junto à CEF, que não foi respeitada, pois deveria se iniciar hoje, portanto, Maria Helena Scudeler e eu fomos até a agência da CEF, falamos com o senhor Jeremias, o gerente, que fez a defesa do banco, mas, por mais que se defenda, não há explicação; muitos vereadores já se propuseram em ir até o Setor de Habitação, para conversar, porque vamos ouvir todos os envolvidos no sorteio, para ter um diagnóstico sobre o ocorrido, todavia, pelas pessoas que me procuraram, várias delas, eu conheço e sei que precisam de casa própria e sei que a renda destas famílias não passa de mil e trezentos reais, então, vamos ouvir, porque os nomes foram retirados da lista e desejo saber se houve precipitação no sorteio, ou o que foi que aconteceu, pois há muitas coisas a esclarecer sobre isso e, quanto a nós, temos que aprender a participar mais nos sorteios, enquanto Câmara, pois sempre ocorrem problemas e são poucas casas, para tanta gente precisando”, declarou. Depois, versou sobre as obras de infraestrutura, que estavam sendo executados no Parque das Laranjeiras, explicando que as ruas, onde estavam sendo feitas as melhorias, estavam deixando o bairro bonito, mas os moradores cobravam a benfeitoria nas outras ruas também, portanto, para não causar revolta aos moradores, disse que iria se reunir com eles e lhes explicar que continuava trabalhando, no objetivo de contemplar com infraestrutura outras ruas, especialmente as ruas 30, 15 e outras, que já estavam propícias a receber melhorias. Para encerrar, abordou a proibição do uso de cerol nas linhas de pipa e destacou que iria cobrar do Poder Executivo novas providências, que iria propor alteração na lei e que, buscaria por um trabalho de fiscalização e apreensão. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que falou sobre suas proposituras, especialmente, indicação para adequar o sentido das Ruas Dr. Eduardo Bergo e Mato Grosso, Bairro Santa Cruz, incluso abaixo-assinado, objetivando melhorar o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

trânsito ao redor da EE Francisco Piccolomini. Também falou sobre o sorteio e desclassificação de cento e sessenta e seis contemplados do programa habitacional Minha Casa/Minha Vida. “Eu concordo com os vereadores, que já discursaram, eu participei da reunião no último dia 22 e fico preocupado com o que está acontecendo, penso que a triagem deveria ter sido efetuada no momento da inscrição, porque, por exemplo, há denúncia de desclassificação da pessoa, porque ela recebe o Bolsa Família e haveria duplicidade de benefícios, além de outros casos, então, ficamos preocupados e precisamos, com urgência, solicitar e exigir providências da administração. Falou ainda, sobre a Contribuição de Iluminação Pública – CIP e dos serviços de manutenção, nos pontos escuros, e perguntou a que ponto a cidade iria chegar, haja vista que, aquele que estava pagando a conta, o munícipe, não estava sendo nem ouvido e tampouco atendido, além da falta de administração, organização e planejamento da administração municipal. Para concluir, versou sobre o projeto que pretendia rever o serviço de caçambas coletoras de entulhos, esclarecendo que uma reunião tinha sido efetuada, junto aos proprietários das empresas de caçambas, para discussão da proposta e solução, objetivando melhorar o serviço e adequar a segurança das caçambas na cidade. Como o próximo inscrito, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, desistiu da palavra, discursou, na sequência, o Vereador Jorge Setoguchi, que comentou a respeito das proposituras que apresentou, especialmente, indicações, a primeira, sugerindo operação ‘tapa buracos’ nas ruas do Jardim Inocoop, principalmente Rua das Acácias, e nas ruas do Jardim Santa Helena, como a Rua Zelândia A. Ribeiro, e a segunda, para providências na Avenida Francesco Improta, no Jardim Sbeghen, onde havia tubulação de esgotos entupida. Por fim, convidou todos para reunião do Conselho de Segurança – CONSEG, agendada para o dia 5, quarta-feira, às 18 horas, no plenário da Câmara de Mogi Mirim. O próximo orador foi o Vereador Benedito José do Couto, que também abordou a desclassificação dos contemplados no sorteio do programa



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

habitacional Minha Casa/Minha Vida. “Sobre o sorteio dos apartamentos, eu não quero ser repetitivo, mas quero deixar minha posição, porque sou favorável, como os demais, a que se faça primeiro uma triagem total, para somente depois, efetuar o sorteio, e que o sorteado tenha a sua casa; também busquei o esclarecimento junto à Caixa Econômica e pretendo ir ao Setor de Habitação também, se não junto, com os demais vereadores, às 9h30, irei depois, porque quero saber o que aconteceu, antes de criticar; pergunto até se o processo de triagem mudou e aconselho os desclassificados, que foram prejudicados, para irem à CEF e ao setor de Habitação, exigir explicações, pois estavam dentro da faixa salarial exigida”, aclarou e encerrou participação. Na sequência, discursou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que, primeiramente, discorreu sobre a desclassificação dos sorteados para o programa habitacional Minha Casa/Minha Vida, esclarecendo que a indicação do rol dos nomes a serem contemplados, no sorteio, era, de fato, prerrogativa do Poder Executivo, que deveria ter mandado a listagem à CEF, antes mesmo de anunciá-los, publicamente. “Vou conversar com a CEF e o Setor de Habitação, para saber o que está acontecendo, e há também muitas denúncias, de pessoas que já possuíam imóveis, e eu digo ao munícipe, que se ele souber de qualquer irregularidade, que denuncie, e eu vou acompanhar o processo, naquilo que for possível, e contem com este vereador”, frisou. Depois, discursou a respeito das obras de infraestrutura que estavam sendo feitas no Parque das Laranjeiras, explicando que estivera no bairro, que ficara triste, ao constatar, que o asfalto não seria executado em todo o bairro; lembrou que o ex-prefeito Paulo de Oliveira e Silva tinha feito algo, em termos de asfalto, pelo bairro irregular, e completou, afirmando que se o Executivo atual conseguisse fazer algo, já ajudaria a resolver os problemas daquele logradouro, haja vista que o ex-prefeito Carlos Nelson Bueno havia feito obras viárias e asfalto na região central da cidade, mas nada, no Parque das Laranjeiras. “Se tivesse feito, faltaria muito pouco para aquela população, e, às vezes, falta mesmo a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

intenção de resolver; agora, apareceu um advogado no Parque das Laranjeiras, dizendo que era dono de trezentos lotes, o que é muita sacanagem, e mesmo pouco comentando sobre o bairro, estou a par de muita coisa, que acontece no Laranjeiras”, sublinhou. Por fim, falou de sua expulsão do PT, explicando que o diretório local não conseguira efetivar a intenção, porque o desembargador responsável decidira extinguir o processo de expulsão, sem julgamento do mérito. “Mas a boa notícia não é esta, é a de que foi publicado e eu me tornei o presidente do PROS de Mogi Mirim, então, Batman (Ernani Gragnanello) e Robin (Oberdan Quaglio) não souberam fazer o processo de expulsão, e, no que depender de mim, tornarei público tudo o que sei sobre ele, Ernani, e sua situação no PT”, declarou e finalizou participação. Como o próximo orador, Vereador Laércio Rocha Pires, inscrito, desistisse da palavra, fez uso da mesma a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Todos os vereadores se manifestaram sobre o programa habitacional Minha Casa/Minha Vida, e quero contar que o Vereador Luís Roberto e eu estivemos reunidos, durante duas horas, com o gerente da CEF, Sr. Jeremias, que nos explanou, explicando que o sorteio era uma regra nacional, do programa do Governo Federal; a exclusão dos cento e sessenta e seis contemplados foi feita pela CEF, é preciso dizer, e o gerente nos contou que o banco de dados é da agência de Piracicaba; o Vereador Luís Roberto e eu perguntamos se os critérios estavam sendo tomados de maneira correta e ele disse que sim; durante o recesso, acompanhamos a insatisfação de várias pessoas, que não foram contempladas, e, então, pedimos a presença do Secretário de Obras, Wilson Rogério, que estava em Brasília; já que não estava à disposição, pedimos, então, a presença de Eliseu, técnico da prefeitura, e de assistentes sociais, o que não foi autorizado, pasmem; estamos aguardando uma reunião com o secretário e já faz dez dias, ele não agenda, e, neste final de semana, fomos surpreendidos com a listagem dos desclassificados, portanto, é como a Vereadora Luzia falou, é o descompasso da administração; o gerente Jeremias me disse



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que a base do cadastro é feita pela administração, nome, endereço e dados pessoais, que isto fique muito claro também; houve um compromisso do gerente Jeremias conosco, e serão revistos todos os cadastros, eles serão atualizados, porque as coisas mudam muito, rapidamente, nos dias atuais, e deveria haver interesse da administração em atualizar os cadastros; estivemos na CEF, amanhã vamos buscar Wilson Rogério e quero dizer que há um empenho de toda a Câmara, pois, para nós, foi uma surpresa e a rapidez na desclassificação é questionável, portanto, serão revistos todos os casos, caso a caso”, discursou e concluiu. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que completou sobre o Minha Casa/Minha Vida. “Acontece também, de pessoas que, quando fizeram a inscrição, estavam com o nome no CERESA, mas, agora, não estão mais e eu creio, que o passado já passou, e, se a pessoa se redimiou, ela está apta a ter a casa; foi previsto, que muitos não seriam sorteados, porque eram somente trezentos apartamentos, para quinhentas e setenta e três pessoas inscritas, além de umas três mil outras, não cadastradas e sem moradia, e, quanto à pessoa merecer ganhar, ou não, tratou-se de sorteio, logo, necessário ver, se a pessoa estava apta ao sorteio; eu quero não criticar o governo, mas agradecer três pessoas, que têm me atendido, que são os senhores Cristiano Gaioto, Jonas Alves e Wilson Rógerio, porque têm se esforçado para atender não só os meus pedidos, mas de outros vereadores também, na medida do possível”, declarou e encerrou participação. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 19h57, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso III, “d” do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 83, de 2015, de autoria do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, “dando denominação à rua projetada 04, localizada no Residencial Vila Toscana, no Município de Mogi Mirim, de RUA DUZOLINA GARDINALLI FRANCISCO”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 83/2015, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 84, de 2015, de autoria da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros, “dando denominação à rua 02, localizada no Jardim Tainá, no Município de Mogi Mirim, de AVENIDA EXPEDITO QUARTIERI, por ser seu prolongamento natural”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 84/2015, da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 85, de 2015, de autoria da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros, “dando denominação à rua 04, localizada no Jardim Tainá, no Município de Mogi Mirim, de RUA WILSON KOTSURA, por ser seu prolongamento natural”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 85/2015, da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 4. Projeto de Lei nº 86, de 2015 de autoria da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros, “dando denominação à rua 01, localizada no Jardim Tainá, no Município de Mogi Mirim, de RUA LEONILDA MARIA LEONELLO, por ser seu prolongamento natural”. Parecer da Comissão de Justiça e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Redação; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 86/2015, da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 5. Projeto de Lei nº 87, de 2015, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando denominação à rua projetada 05, localizada no Loteamento Industrial WPARK, no Município de Mogi Mirim, de RUA VOLUNTÁRIO AFONSO SAMBRANA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 87/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 6. Projeto de Lei nº 88, de 2015, de autoria do Vereador Eng. Agrônomo Jorge Setoguchi, “instituído no calendário oficial de Mogi Mirim, o DIA DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA, a ser comemorado no dia 29 DE MAIO”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Primeiro Turno, o Projeto de Lei nº 88/2015, do Vereador Jorge Setoguchi); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão para ser apreciado em segundo turno). Finda a pauta constante da “Ordem do Dia”, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à “**EXPLICAÇÃO PESSOAL**”, conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como o primeiro inscrito, Vereador Osvaldo Quaglio, desistisse da palavra, discursou, ato contínuo, a Vereadora Dayane Amaro Costa. Esta tratou do assunto da revitalização da Praça Floriano Peixoto, para tornar o espaço “Rota Acessível”, conceito que consiste no percurso livre de qualquer obstáculo, compreende uma continuidade e abrangência de medidas de acessibilidade e tem sido considerado como fator preponderante para a classificação de espaços inclusivos. Disse que, pelos jornais, havia tomado conhecimento do travamento da revitalização do logradouro e lamentou o decidido, haja vista ter sido ela a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

conquistar a verba, destinada à revitalização “Rota Acessível”, valor de cento e oitenta mil reais, conseguidos via deputada Mara Gabrielli. “Eu acreditava que tudo estivesse caminhando bem, a Secretária de Mobilidade, Beatriz Gardinalli, dizia que tudo caminhava bem, mas, pelos jornais, vi que o projeto travou e que não vai acontecer, liguei à deputada, mas não consegui retorno, para entender o que estava acontecendo, porque, afinal, você conquista uma verba, vai atrás, leva projeto e nada? Sabia que a deputada trabalhava com o Rota Acessível, fui lá, bati na porta, briguei pelo projeto e a prefeitura trava o processo? Cobro explicações da prefeitura e do Estado e vou ficar em cima, até ter explicações, e espero, na próxima semana, trazer explicações, porque a revitalização do Jardim Velho, para torná-lo acessível, é fundamental”, completou. Como os próximos inscritos, Vereadores Manoel E. P. C. Palomino e Daniel Gasparini dos Santos, desistissem da palavra, dirigiu-se à tribuna o Vereador Cinoê Duzo, que abordou o tema do aumento da tarifa de ônibus urbano. “A tarifa de ônibus urbano na cidade, atualmente, está no valor de R\$ 3,10, a Viação Santa Cruz pleiteia, sugere, R\$ 3,41, um aumento bem acima da inflação, e o que vemos são ônibus superlotados, falta de abrigos para sol e chuva, ou abrigos suficientes, ou que deem condições, pois a maioria está quebrada, além de horários de ônibus, que não atendem à toda a população, e a viação dá sinais de que haverá um aumento até R\$ 3,41; parece pouco, mas não é, quando se chega ao final do mês; o aumento salarial não acompanha o aumento da tarifa, portanto, antes que o aumento aconteça, vamos nos reunir com representantes da Viação Santa Cruz e responsáveis da prefeitura, para que não sejamos surpreendidos com a tarifa a R\$ 3,41, porque, depois, nada adiantará; nossa cidade foi taxada, junto a Mogi Guaçu e Franca, a cidade com a tarifa mais cara do Brasil, uma família inteira, deslocando-se de ônibus, pesa no bolso; depois, vamos aparecer nas mídias, novamente, com mais este absurdo em nossa cidade, a tarifa o ônibus a R\$ 3,41; deveria ser ônibus leito a este preço de tarifa, sem falar que não há um terminal



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

urbano na cidade, para trazer acessibilidade, segurança, interligação de linhas e eu defendo este terminal, para que seja implantado no Espaço Cidadão”, discursou e finalizou participação. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que versou sobre a CIP. “Hoje, liguei na Secretaria de Obras, para resolver o problema das lâmpadas apagadas, cuja manutenção é sustentada pela CIP; explico que, quando o morador tiver problemas, o que o vereador pode fazer, é apenas ligar e fazer o protocolo, junto à prefeitura; eu fiz de várias ruas, não só da zona leste; há dois tipos de protocolos e há ainda, acordo entre Prefeitura e Elektro; existe protocolo aberto para várias ruas; o segundo protocolo, é só do município, a Elektro não participa, e sobre este, a notícia que recebi é a de que estes serviços estão parados, eu penso que a prefeitura poderia estar com uma equipe, na rua, solucionando estas lâmpadas apagadas e precisamos conversar com o Wilson Rogério, sobre este problema também”, explicou. Depois, falou sobre o projeto que propunha alteração na lei das caçambas estáticas, aclarando que iria aproveitar o projeto para emendá-lo, porque existiam problemas relativos à prolongada permanência da caçamba. “O morador contrata a caçamba e, por um motivo, ou outro, não paga o serviço, a empresa se recusa a retirar a caçamba, até que o contratante pague o que deve, e a caçamba fica lá, por longo tempo, chega hora que o entulho cheira até mal, há muito material, e há locais, em que a caçamba fica estacionada até por seis meses, então, vamos emendar, para colocar ordem nisso e trazer segurança à população”, explanou. Para concluir, falou sobre o cerol, afirmando que iria convidar o Secretário de Segurança, para explicações das ações realizadas, no combate ao uso do cerol, e colocou que pretendia alterar a lei, em breve, para que houvesse maior fiscalização e com aplicação de multas. “Vamos apresentar a proposta na reunião do CONSEG e, se houver consenso, apresentarei projeto de lei na próxima segunda-feira”, registrou e concluiu. Como os próximos inscritos, Vereadores Luiz Antônio Guarnieri, Marcos Bento Alves de Godoy e Jorge Setoguchi, desistissem



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

da palavra, fez uso da mesma, na sequência, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que agradeceu o empenho dos colegas que tinham participado da audiência pública, de sua iniciativa, relativa ao SAAE. “Os ausentes perderam muito, pois tivemos a oportunidade de conhecer como se dá a distribuição da água, qual o gasto com o processo e o que está sendo proposto, com autoridades da administração; estiveram presentes os Vereadores Jorge, Cinoê, Maria Helena, Osvaldo e Osvaldo, Daniel, o técnico Silvio Marques, os ex-presidentes da autarquia, Srs. Neiroberto Silva e Rosandra Bronzatto, aos quais agradeço a presença; a mensagem que queríamos passar é a de que a água é um bem essencial, tem custo alto, tem que ser cobrada, mas é essencial, e quem administra tem que ver o quanto vai ser cobrado, para ver se a população vai conseguir pagar, ou não; esta discussão ainda está sendo levada com muito cuidado, portanto, pode ser concretizada, ou não, e estamos contentes com o resultado de nossas discussões, porque a nossa preocupação é com o dinheiro da população, haja vista que não existe investidor filantrópico, logo, tudo o que está sendo investido, será cobrado e será cobrado da população; se há concessão, o preço será aumentado, certamente, prova é a SESAMM, a concessão do esgoto, portanto, vamos aguardar a próxima audiência, que é de iniciativa de Maria Helena, para novas abordagens, e espero todos estejam presentes”, findou participação. Como o próximo orador, Vereador Waldemar Marcurio Filho, inscrito, desistisse da palavra, discursou o Vereador Laércio Rocha Pires. “Ora. Perceberam que o discurso de privatização e venda acabou? Agora falam de concessão, finalmente”, disse, inicialmente, sobre o SAAE. Na sequência, falou sobre o sorteio das unidades habitacionais e da desclassificação dos sorteados do programa Minha Casa/Minha Vida. “Tem vereador que, só depois que a coisa acontece, vem se manifestar; no dia do sorteio, vereador não estava lá, fiscalizando, mas depois, vem à tribuna e fala inverdades; é fato que aconteceu coisa chata, porque, primeiro, deveriam ter passado os interessados pelo ‘pente fino’ da Caixa Econômica



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

- CEF, para, só depois, efetuarem o sorteio; teve vereador, com a capacidade de ter ficado na porta do clube, mas não entrou, para prestigiar o sorteio; teve um caso, em que a pessoa foi sorteada, no lugar da mãe, além e outros casos, mas digo que temos que trazer as cento e sessenta e seis pessoas aqui, mais o Secretário de Obras e mais o gerente da CEF, ou o representante do banco, pois, caso contrário, nada vai se resolver; vamos trazer nesta Casa, para dar explicações à população, chega de ser enganada; temos que ser realistas, porque tem vereador que não participa de nada e depois vem ganhar moral aqui; o que fizeram foi o cúmulo do absurdo, deixaram as pessoas contentes, para depois decepcioná-las; temos que acordar e saber fazer política, para depois defender a população e não blefar na tribuna, porque não adianta vir aqui e fazer média, não vai resolver, nós temos que convocar todos aqui, o secretário e o responsável CEF, para o debate e acareação”, aclarou e findou discurso. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que falou sobre o aumento da tarifa de ônibus urbano. “Quero lembrar a todos, que no início desta administração, tivemos nossa primeira reunião com o prefeito e o assunto foi a Tarifa Social, aliás, não era ele quem conduzia a reunião, mas Gabriel Mazon, isto, quando ele não nos tinha separado em grupos, como oposição e situação; eu imaginei, que o prefeito estaria discutindo com a Viação Santa Cruz a redução da tarifa, mas, para minha surpresa, ele não negociou nada; a Tarifa Social custa um real, mas o município subvenciona R\$ 2,10, atualmente; ele não discutiu com a Viação Santa Cruz propondo a divisão do subsídio; a proposta de R\$ 3,41 é muito alta e deverão ser subsidiados R\$ 2,41, aliás, não R\$ 2,40, nem 2,45, mas um número quebrado, que já não propicia o troco; relato que a Companhia Metropolitana de São Paulo está concedendo isenção aos desempregados, é uma proposta, que também faço aos senhores: vamos conhecer o novo gerente da empresa Santa Cruz Transportes, porque eu não o conheço, que venham até aqui, como sugeriu o Vereador Cinoê, porque não devemos aceitar com tranquilidade este



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aumento, quando São Paulo está dando transporte gratuito aos desempregados; aqui, a situação está difícil, vários desempregados das empresas Eaton e Monroe, logo, precisamos nos debruçar, não podemos aceitar com tranquilidade; reajuste de energia, de água e, agora, a tarifa? A situação ficará difícil, um aumento muito superior à inflação, então, fica o meu recado à população, que de minha parte, vou defender até o fim, para que não haja aumento da tarifa do transporte coletivo”, aclarou e finalizou participação. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento dos *Senhores Henrique Gasparotto, Dr. Gilmar Alves Bezerra, Danuza Carvalho do Amaral, Dra. Dirce Aparecida Janauário Lenhari e Waldemar dos Santos – Má Barbeiro*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 20h51, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM